

# Louis Braille



Todos os direitos reservados, ACAPO

## A Autorrepresentação das Pessoas com Deficiência Visual no Mundo



# Editorial

**Por Rodrigo Santos**

Coordenação Revista LOUIS BRAILLE  
Direção Nacional da ACAPO

Quantos de nós anseiam ser donos do seu próprio futuro? Quantos o são, realmente? Estas duas perguntas, aparentemente motivadas por pensamentos filosóficos ou por manobras publicitárias, são na realidade bem mais abrangentes do que parecem à primeira vista. São também dois ótimos pontos de partida para duas abordagens, ainda que diversas, do que é a autorrepresentação, sobretudo olhada ao nível individual. Já a antiga filosofia grega afirmava que o homem é um animal social, no sentido em que é inerente à condição humana a vida em sociedade. Por isso, a autorrepresentação, que é, antes de mais, uma atuação individual, é sempre feita no seio da sociedade. Assim sendo, não é só a sociedade que mudamos quando nos autorrepresentamos, mas também todos e cada um dos indivíduos que nela atuam.

Mas a autorrepresentação como é feita nos dias de hoje é bem mais do que uma expressão egoísta de vontade. Damos o melhor de nós, no nosso caso, em prol de todas as pessoas com deficiência visual, sem pensar à partida que o nosso contributo individual será o mais valioso mas antes pensando que sobre nós recai a responsabilidade de fazer uma síntese de todas as soluções individuais para criarmos uma solução coletiva, que seja ela mesma valiosa para todos e para cada um, é o desafio que se nos coloca todos os dias. Parando para pensar nas nossas vidas, quem não encontrou já quem lhe dissesse, referindo-se a pessoas com deficiência visual, que conhecia outro

«colega», ou que, como conhecia outra pessoa «nas mesmas circunstâncias», já sabia como atuar com «estas pessoas»? Todos nós o fazemos, com classes profissionais, sociais ou etnias, por exemplo. Por isso, individualmente, e sendo membros de um grupo, quer queiramos quer não, autorrepresentamos e somos autorrepresentados. Então porque não colaborar ativamente, a nível individual e no seio de um querer coletivo, para uma autorrepresentação que seja, efetivamente, não uma pintura desbotada criada por «iluminados» mas uma fiel fotografia da realidade?

O que dizer ainda dos desafios maiores que se colocam, numa sociedade em constante mutação, cujos eixos centrais vão circulando à velocidade dos gigabytes a que a informação viaja nas redes cibernéticas, a todas as formas de organização que garantam a autorrepresentação de pessoas com deficiência visual? Como reagir às mudanças constantes se, muitas vezes, não as conhecemos para as conseguir antecipar? O que poderemos fazer para não sermos levados nas ondas mas sermos nós, todos e cada um, a construir a onda de mudança que queremos, sem que essa onda role afastada das de mais?

As respostas estão em cada um de nós. O que leremos neste número da LOUIS BRAILLE serão sobretudo pistas e exemplos, deixados por estudiosos e por pessoas que, como nós, decidiram partilhar o seu melhor em prol de todas as pessoas com deficiência visual por esse Mundo fora. São, sobretudo, pistas de reflexão para que todos os dias possamos melhorarmos pessoalmente e, assim, contribuir para a melhoria que tanto queremos para todos. **LB**

## Ficha Técnica

**EDIÇÃO E SEDE** ACAPO, Avenida D. Carlos I, n.º 126 9º andar 1200-651 Lisboa

**CONTACTO GERAL** Telefone: 213244500 Fax: 213244501 E-mail: louisbraille@acapo.pt

**DIRETOR** Carlos Manuel C. Lopes (carloslopes@acapo.pt)

**COORDENAÇÃO** Rúben Portinha (rubenportinha@acapo.pt)

**COORDENAÇÃO ADJUNTA** Pedro Velhinho (pedrovelhinho@acapo.pt), Rodrigo Santos (rodrigasantos@acapo.pt)

**REDAÇÃO** Cláudia Vargas Candeias (claudiavargas@acapo.pt), Pedro Velhinho, Rodrigo Santos, Rúben Portinha

**REVISÃO** Susana Venâncio

**TRADUÇÃO** Maria do Rosário Cunha

**LAYOUT** Think High

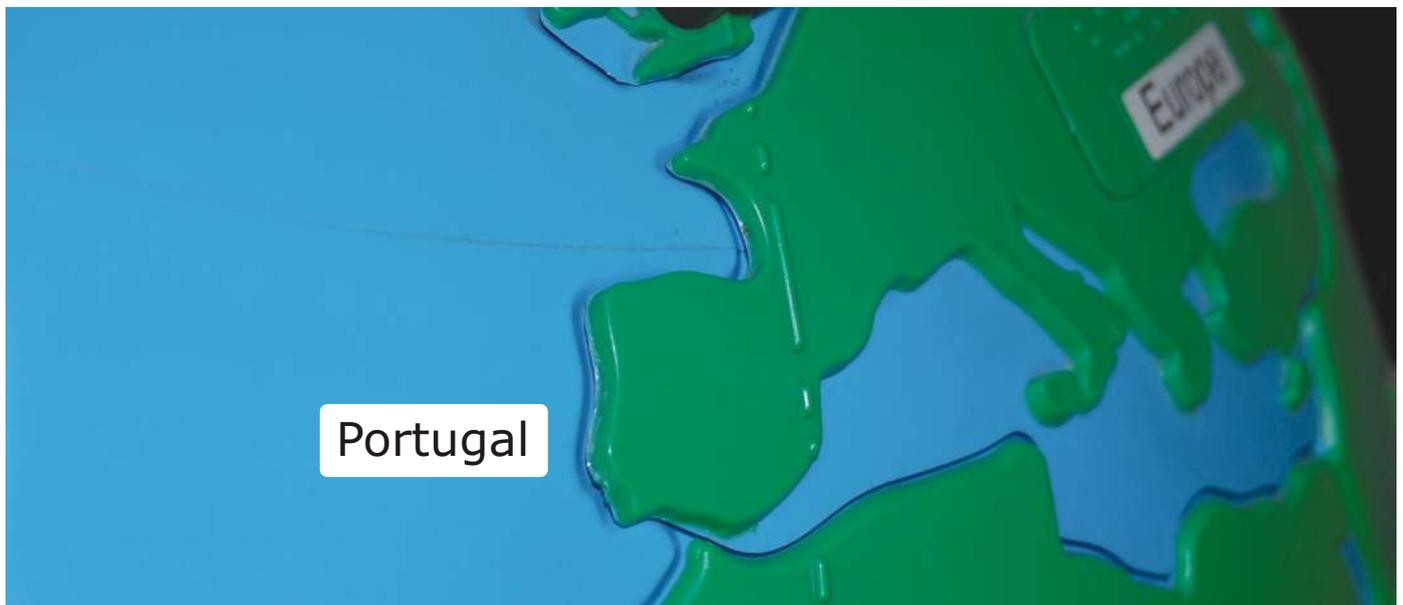
**PAGINAÇÃO** Think High

**PERIODICIDADE** Trimestral

**ISSN** n.º2182/4606

@ Louis Braille – Revista especializada para a área da deficiência visual 2012. Todos os direitos reservados. Todo o conteúdo desta revista não pode ser replicado, copiado ou distribuído sem autorização prévia. Os artigos de opinião publicados na Revista são da inteira responsabilidade dos seus autores. Se pretende deixar de receber a nossa revista, envie-nos um e-mail por favor para o endereço louisbraille@acapo.pt

Os conteúdos desta revista foram escritos segundo as regras do novo acordo ortográfico.



## A Cegueira em Portugal: representações e silenciamentos

**Por Bruno Sena Martins**

Investigador do Centro de Estudos Sociais,  
Universidade de Coimbra

A alvorada da modernidade ocidental dirige-se à experiência da cegueira sob o signo da promessa. Essa vaga de expectativas crescentes teve como simbolismo precursor uma carta escrita por Denis Diderot em 1749; daí em diante a cegueira seria progressivamente desagrilhoada das interpretações sobrenaturais: as pessoas cegas não mais seriam entendidas enquanto produtos de castigos, de pecados, de relações próximas com forças demoníacas, não mais videntes inspirados por outros mundos. Dava-se aqui o “desencantamento da cegueira” (Martins, 2006) através do qual se criava o ambiente cultural que abriria caminho à invenção do Sistema Braille. Mas se estes elementos sugeririam um horizonte de plena integração social, a - também moderna - re-descrição da cegueira como deficiência visual à luz da biomedicina, funcionaria como uma singular reinvenção da exclusão social. Isto porque, ao ser definida enquanto uma exterioridade à normalidade corporal a cegueira viria a emergir como um desvio, uma expressão do corpo deficiente que a biomedicina vinculou ao “modelo de uma máquina imperfeita”. A partir da materialização moderna da cegueira enquanto deficiência gerou-se uma abordagem profundamente informada pelos valores e práticas da medicina, investida na possível restauração da normalidade do indivíduo.

Criou-se então nas sociedades ocidentais, como resposta central ao “problema” da cegueira, a “abordagem reabilitacional”, uma abordagem que, no essencial, coloca as pessoas com deficiência nas mãos

de profissionais, aceita a norma e aceita a deficiência como um desafio individual, preservando intatas as margens da sociedade. A integração social assim pensada, não sendo impossível, obriga a “heróis da adaptação” (Goffman, 1990:37). A vigência das construções na base desta abordagem dominante foi contestada, a partir dos finais dos anos 60, pelos movimentos de pessoas com deficiência, que as identificaram como obstáculos ao reconhecimento da diferença e à construção de um itinerário de igualdade de oportunidades. No fundo, estes movimentos assentaram na ideia de que a medicalização dos problemas sociais conduz a sua despolitização, impedindo a necessária reinvenção.



“A realidade das pessoas com deficiência em Portugal persiste marcada por fortíssimas condições de marginalização social e exclusão económica.”

O domínio de uma abordagem reabilitacional - insuficientemente contraposta por um movimento de pessoas com deficiência capaz de afirmar politicamente a necessidade de uma transformação social mais ampla - explica muito do quadro que vigora em Portugal. A realidade das pessoas com deficiência em Portugal persiste marcada por fortíssimas condições de marginalização social e exclusão económica.



“As transformações legislativas relativas à deficiência não têm sido acompanhadas por uma dinâmica de transformação das perceções sociais acerca da deficiência.”

Tal perpetuação acontece a despeito das sucessivas transformações legislativas e das políticas sociais que foram sendo introduzidas nas últimas décadas. A questão essencial é que no caso português as transformações legislativas relativas à deficiência não têm sido acompanhadas por uma dinâmica de transformação das percepções sociais acerca da deficiência, algo que frequentemente leva ao esvaziamento dos propósitos na lei. Por outro lado, a precariedade com que vivem as organizações não lhes confere cabais condições para inviabilizarem, quer ao nível judicial quer ao político, os sistemáticos incumprimentos da lei.

A “hegemonia da normalidade” (Davis, 1995), manifesta quer numa organização excludente, que nos valores que minorizam as pessoas cegas estabelece uma gramática social e cultural a que Michael Oliver (1990) - falando das deficiências de um modo geral - designou de “narrativa da tragédia pessoal”. Uma estrutura conceptual onde as ideias de incapacidade e infortúnio se reúnem para falar da cegueira, uma estrutura conceptual que julga conhecer a cegueira ao mesmo tempo que silencia voz das pessoas cegas.

É, pois, este quadro que em Portugal, agravado no nosso país pela fraqueza dos movimentos sociais, que continua a laborar na nossa sociedade, nutrindo a invisibilização das experiências da cegueira a par com a vigência de representações profundamente estigmatizantes. No entanto, os referentes culturalmente disseminados mostram-se profundamente desadequados daquilo que encontramos junto das vivências e reflexões das pessoas cegas.

“Uma das primeiras ilações que o contato com as pessoas cegas oferece é a constatação do quão pouco impeditiva a cegueira pode ser na realização das mais diversas atividades.”

As reflexões pessoais da cegueira vivida na carne encontram-se largamente associadas a perspetivas positivas e capacitantes, bem sintetizadas no lema da ACAPO: “Queremos, Podemos”. Até porque uma das primeiras ilações que o contacto com as pessoas cegas oferece é a constatação do quão pouco impeditiva a cegueira pode ser na realização das mais diversas atividades, quotidianas ou profissionais.

Mas, se é verdade que o confronto com as vidas e as reflexões das pessoas cegas oferece, acima de tudo, uma desdramatização do que é cegueira, o mesmo não é dizer que a “narrativa da tragédia pessoal” esteja ausente das suas vidas. Ela é uma estrutura opressiva, que embora não seja informada pelos efetivos itinerários das pessoas cegas, informa-os. Essa representação da cegueira é um referente cultural que manhã após manhã se levanta para um duelo com os intentos e quereres das pessoas cegas, cujas vidas se encontram sobretudo marcadas pela ausência de estruturas para o desenvolvimento e realização das

suas capacidades, pela esmagadora prevalência do desemprego e pelos preconceitos e estereótipos que em todo o lugar as precedem. Quando vemos uma pessoa cega a andar na rua como uma bengala talvez não façamos ideia das lutas pessoais e identitárias que levam até essa prática. Isto porque, «assumir a cegueira» segurando numa bengala, implica uma exposição, nunca fácil, à desqualificação que resulta das reiteradas respostas paternalistas. Como alguém me dizia, implica um grande «arcaboiço». Essa luta faz com que algumas das pessoas cegas que conheci nunca tenham tido coragem de andar com a bengala na rua, não porque não sejam capazes de contornar os obstáculos, mas porque pode ser muito doloroso o confronto com os estigmas.

Na ausência das vozes e experiências das pessoas cegas, a cegueira é apreendida na nossa cultura pela ideia de um mundo destituído, um mundo que, preconceituosamente, se julga destituído não apenas de visão, mas de alegria, de capacidades, de aspirações. Ou como refere José Saramago no seu Ensaio sobre a Cegueira pela voz de uma das suas personagens: "a cegueira também é isto, viver num mundo onde se tenha acabado a esperança" (Saramago, 1995: 204).

Temos, pois, um quadro onde os valores que a história nos legou se articulam com uma organização social excludente, um Estado incapaz de garantir igualdade de oportunidades (na educação, no emprego, nas acessibilidades) e com a fragilidade dos movimentos sociais em Portugal. Ao centro da reflexão que aqui procurei estabelecer, emerge como ideia forte a importância de que a reflexividade e as experiências das pessoas cegas sejam convocadas para uma transformação das representações culturais e dos contextos de relações que constroem as suas vivências. Não obstante as promessas da modernidade, um mundo de escuridão habitado pelas pessoas cegas persiste existindo nas representações culturais que delas procuram dar conta no nosso contexto sociocultural. Nesse sentido, parece tomar corpo a ideia de que "qualquer forma de ver é igualmente uma forma de não ver" (Lukes 1973: 149).

#### Referências Bibliográficas

- Davis, Lennard (1995)**, Enforcing Normalcy: Disability, Deafness and the Body. Londres: Verso.
- Goffman, Erving (1990)**, Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity. Londres: Penguin Books.
- Lukes, Steven (1973)**, Individualism. Oxford: Basil Blackwell.
- Martins, Bruno (2006)**, E se eu fosse cego: narrativas silenciadas da deficiência. Porto: Afrontamento.
- Oliver, Michael (1990)**, The Politics of Disablement. Houndmills: The Macmillan Press.
- Saramago, José (1995)**, Ensaio Sobre a Cegueira. Lisboa: Círculo de Leitores. **LB**



informativo num suporte acessível a pessoas cegas e amblíopes.

A DBSV exerceu um forte lobby para garantir a melhor implementação possível. Entrámos em negociações com as associações farmacêuticas sobre as possíveis alternativas de produção do folheto informativo acessível. Em estreita colaboração com a "Rote Liste Service GmbH", foi desenvolvido e implementado um novo serviço on-line. A colaboração com a "Rote Liste Service GmbH" foi crucial porque eles publicam regularmente para os seus stakeholders uma base de dados atualizada de medicamentos, que inclui a autorização europeia dos medicamentos da UE.

Em particular na fase inicial do processo, o know-how da DBSV foi muito apreciado. Isto deve-se ao facto de terem sido pessoas cegas e amblíopes que definiram os requisitos para os suportes acessíveis.

O grande desafio surgiu com as soluções que poderiam garantir que os folhetos informativos estivessem disponíveis para todos os medicamentos, em todos os suportes, e de uma forma bastante confortável através de um só link. Considerou-se que isso ajudaria a evitar longas pesquisas, porque há um grande número de empresas farmacêuticas na Alemanha. As associações farmacêuticas, a indústria, Rote Liste Service GmbH e as autoridades responsáveis federais uniram as suas forças para desempenhar esta tarefa. Foi criado um grupo de trabalho conjunto que integrou entre outros especialistas de vários comités da DBSV em representação das pessoas com deficiência visual. Um período de intenso e longo trabalho técnico começou. Nas reuniões, trocaram-se argumentações por vezes controversas, equilibraram-se reivindicações e debateram-se várias abordagens que depois foram rejeitadas novamente, na busca de outras soluções. Durante todas as etapas deste longo processo permanecemos fiéis ao nosso lema "Não contra, nem a nosso favor, mas sempre conosco". Especialistas cegos e amblíopes estiveram ativamente envolvidos neste projeto, contribuindo com os seus conhecimentos e tendo por objectivo a defesa dos direitos dos seus pares. Além disso, eles participaram em muitos testes, o que muito contribuiu para o sucesso final.

O resultado foi apresentado publicamente em junho de 2010, na Assembleia Geral da DBSV. A solução desenvolvida pela "Rote Liste Service GmbH" em estreita cooperação com a DBSV foi recebida com grande interesse público. Em conjunto com o Secretário Parlamentar do Ministério Federal da Saúde e do CEO da "Rote Liste Service GmbH", o Presidente da DBSV, Renate Reymann iniciou o portal sem barreiras web [www.patienteninfo-service.de](http://www.patienteninfo-service.de), que pelo menos à época era o único a nível europeu. O portal é sem barreiras e de utilização fácil. O portal oferece informações farmacêuticas disponíveis para pacientes cegos e amblíopes, em quatro diferentes suportes acessíveis: impressão regular a negro, impressão

ampliada para uso por pacientes com baixa visão (PDF acessível), um site que pode ser lido eletronicamente e um ficheiro de livro-áudio em formato DAISY.

O portal digital disponibiliza às empresas farmacêuticas a oportunidade de produzir o folheto informativo dos seus produtos disponíveis cumprindo assim as suas obrigações legais. Muitas empresas fizeram uso desta oferta e colocaram o seu folheto informativo neste sítio logo no início do portal. Num esforço para promover os sistemas informativos do doente, a DBSV e a "Rote Liste Service GmbH" fizeram lobby junto de todas as empresas farmacêuticas na Alemanha no ano passado, e encorajaram-nas a aderir. Além disso, a DBSV tem estado em negociações com líderes das grandes empresas farmacêuticas para fornecer informações adicionais sobre o portal e para ajudar a derrubar as barreiras existentes nas mentes das pessoas para garantir que o portal completo esteja disponível para as pessoas cegas e amblíopes, tão depressa quanto possível.

Avaliando a iniciativa, acreditamos que o serviço de informação do doente está a enviar um forte sinal para uma sociedade inclusiva tal como exigido pela Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Para atingir este objetivo, certamente devem ser enviados mais esforços para incluir as pessoas normovisuais que são incapazes de ler o folheto do medicamento, como os analfabetos ou pessoas com dificuldades de aprendizagem. É importante assinalar que o portal não se destina a ser uma aplicação isolada para pessoas cegas e amblíopes. Queremos garantir que todos os doentes possam beneficiar deste importante serviço, se necessário. Este processo já começou. Vamos continuar a conduzir este tema em estreita consulta e com o apoio de "Rote Liste Service GmbH". A DBSV vai ficar atenta a isso e usar esta melhor prática para garantir que mais empresas irão colocar os seus folhetos informativos no portal. O portal só atingirá os níveis de quantidade e qualidade requerida pelos doentes quando o maior número possível de fabricantes de medicamentos disponibilizar digitalmente os seus folhetos informativos.

No entanto, esta ação não garante que todos os doentes terão acesso ao folheto informativo do seu medicamento. Continuará a ser uma tarefa crucial para a DBSV a identificação de métodos possíveis para tornar o folheto informativo acessível àqueles que não são utilizadores ativos da internet. Para atender a essa necessidade, a DBSV contactou a União Federal das Associações Alemãs de Farmacêuticos (ABDA). O nosso objetivo é desenvolver, em cooperação com a ABDA um mecanismo que permita que as farmácias disponibilizem o folheto informativo aos seus clientes cegos e amblíopes num suporte que lhes seja acessível.

Este é um desafio grande, porque a nossa intenção é persuadir mais de 22 mil lojas de medicamentos na Alemanha a oferecer este serviço aos seus clientes, quando solicitado. **LB**



**LOUIS BRAILLE: Qual a imagem que existe junto dos Estados, entidades públicas e sociedade, quanto ao papel das organizações representativas de pessoas com deficiência visual na região em que a sua organização está inserida?**

**Aubrey Webson:** Nos últimos 20 anos deram-se muitas mudanças e as organizações de autoajuda ou organizações de pessoas com deficiência têm tido maior projeção do que anteriormente. A sociedade em geral tem criado mais espaço para que essas organizações sejam representadas pelos seus próprios líderes e para que sejam a voz dos seus próprios interesses. Esta mudança, no meu entender, começou com a declaração da ONU no ano da pessoa com deficiência, seguido pela declaração da década e posteriormente seguido por vários instrumentos da comunidade internacional que culminaram na CDPD [Convenção (das Nações Unidas) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência] e que se tornou um impulso para que a legislação nacional respondesse às necessidades das pessoas com deficiência visual, em particular, e com deficiência, em geral.

**Volmir Raimondi:** Na América Latina a percepção que se possui das organizações sociais, é, em termos gerais bastante positiva. O desenvolvimento e profissionalismo do denominado «terceiro setor» ou «sociedade civil organizada» tem resultado num crescente reconhecimento por parte das sociedades latino-americanas, e inclusivamente tem-se concretizado alianças entre o Estado e este tipo de organizações. No que se refere às organizações representativas das pessoas com deficiência visual, este processo é um pouco mais lento e varia de país para país dentro da região. Naqueles Estados em que o movimento de pessoas cegas e amblíopes se conseguiu unificar através de uma única entidade representativa dos interesses deste grupo, o papel que estas entidades desempenham é, não só, reconhecido por organismos governamentais e pela sociedade no seu conjunto, como também entendido como motor das conquistas alcançadas, gerador de propostas e impulsor de alterações essenciais em políticas públicas por exemplo. Lamentavelmente esta situação é ainda uma exceção na América Latina, pois na maioria dos países da região a unificação do movimento tiflológico continua ainda em processo de desenvolvimento.

**José Diquissone Tole:** A imagem das organizações representativas das pessoas com deficiência visual na região em que a minha está inserida é encorajadora, diga-se. Estas são vistas como entidades que dão voz a quem não tem voz, levando ao conhecimento do Estado, organismos públicos, agências de desenvolvimento, organizações não-governamentais e sociedade em geral, anseios de grupos excluídos de direitos básicos. Apenas para dar dois exemplos, o Banco de Moçambique, quando decidiu emitir a nova série do Metical [moeda moçambicana], viu na ACAMO

- Associação dos Cegos e Amblíopes de Moçambique, entidade competente para avaliar a visibilidade dos sinais escolhidos para constar nas mesmas. A Presidência da República, que realiza trimestralmente seminários de auscultação da sociedade civil sobre problemáticas diversas, reconheceu a ACAMO como uma organização representativa para debater a situação da educação inclusiva em Moçambique. Fora destes exemplos, pode-se citar debates televisivos, debates radiofónicos, participação em fóruns de consulta sobre políticas nacionais, contacto com estruturas governamentais, órgãos parlamentares e partidos políticos, expressando e apresentando estudos de base de constrangimentos que limitam o acesso e sucesso no gozo efetivo dos direitos plasmados na Constituição, com particular referência para as pessoas com deficiência visual que vivem nas comunidades rurais, onde as privações são ainda mais gritantes. É verdade que esta imagem deverá ser analisada de país para país. No caso da África Austral, estamos a falar de uma comunidade de dez países, tendo cada Estado seu estágio de relacionamento com organizações representativas das pessoas com deficiência visual, largamente influenciado pelo nível de progresso da democracia desse país. Por exemplo, pode-se dizer que estas organizações gozam de um estatuto de grande aceitação, participação e cooperação com as demais forças vivas da sociedade em países como Moçambique, África do Sul, Malawi, Botswana e Zâmbia. Nos casos da África do Sul, Lesoto e Botswana, o Governo já compartilha com um orçamento anual para o funcionamento destas organizações. Todavia, noutros países, como é o caso de Angola e Zimbabwe, onde o papel das associações é ainda reduzido ao nível da oferta de serviços e não de autorrepresentação de interesses, estas enfrentam barreiras no gozo efetivo do direito à liberdade de expressão.

**L.B.: De que modo é que as próprias organizações de pessoas com deficiência visual têm efetivamente beneficiado da partilha mútua de experiências, ao nível regional e mundial?**

**A.W.:** Embora as culturas divirjam amplamente em todo o mundo, existem algumas «verdades comuns» que se parecem manter. As pessoas aprendem a viver juntas, a trabalhar juntas, e simplesmente a partilhar informações entre si. As organizações de auto-ajuda enquadram-se nessas categorias. A partilha de informação permite-nos construir uma espécie de «irmandade», uma percepção de que não estamos sozinhos. Aprendemos com o problema e aprendemos com as diferentes abordagens que podem ser utilizadas para resolver o problema.



“Ao partilhar experiências em todo o mundo falamos com uma só voz”, Aubrey Webson

Ao partilhar experiências em todo o mundo, nós falamos com uma só voz; unimo-nos nos desafios e procuramos soluções ajustadas à nossa sociedade. Considero que não há melhor maneira de aprender do que com a experiência dos outros.

**V.R.:** Partilhar experiências é a chave para o desenvolvimento das organizações sociais. No campo das entidades representativas de pessoas cegas e amblíopes, o intercâmbio de práticas, processos e informação constituiu a oportunidade de desenvolvimento que permitiu por exemplo a unificação anteriormente referida. Conhecer outras realidades graças à participação em contextos regionais e mundiais, possibilita o apoio e a aliança entre entidades do movimento de pessoas cegas e com baixa visão, a utilização eficiente de recursos, o aproveitamento das ferramentas disponíveis, bem como o desenvolvimento de plataformas comuns que fortalecem e potenciam o papel que estas organizações desempenham no âmbito da incidência por exemplo.

**J.D.T.:** De várias maneiras. O primeiro modo de beneficiação mútua é na área de troca de informação. Como sabe, todas as associações da região são membros da União Mundial e da União Africana de Cegos e, em cada sessão da Assembleia Geral, há um espaço reservado às organizações de cada região. Nos intervalos das Assembleias Gerais, a região da África Austral instituiu conferências regionais, envolvendo todos os membros. Em 2010 foi possível congrega cinco dos dez países da região, evoluindo o número para nove países em 2011. A conferência anual de 2012 ficou marcada para a Tailândia, à margem das assembleias gerais da União Mundial e União Africana de Cegos. Acresce-se a isto, consultorias bilaterais entre os países da região, no quadro da cooperação sul-sul. Só para dar exemplo: Moçambique esteve por duas vezes em Angola para ministrar seminários em matérias diversas sobre organização associativa, direitos humanos, sensibilização e mobilização dos membros. De igual modo, Moçambique foi e recebeu visitas de Lesoto e Malawi com o mesmo propósito. Em todos estes momentos estas organizações partilham experiências diversas, que incluem análises FOFA ou SWOT (Forças, Oportunidades, Fraquezas, Ameaças), troca de estudos de base, manuais de estudo, técnicas de advocacia e lobby, entre outros instrumentos. Talvez seja útil mencionar que, devido a barreiras de natureza linguística, Moçambique e Angola, são os países que menos proveitos tiram deste network regional. Outro benefício mútuo que advém deste relacionamento tem a ver com a venda de serviços e tecnologias. A título de exemplo, a South Africa National Council of the Blind é a maior distribuidora de equipamentos Braille e novas tecnologias na região, incluindo pacotes de treinamento.

**L.B.:** De que forma sente que a autorrepresentação, em vez da representação por terceiros, tem

**beneficiado a forma como são defendidos os direitos e interesses das pessoas com deficiência visual na sua região?**

**A.W.:** Como autorrepresentantes, tivemos a oportunidade de chamar a atenção do governo e da sociedade para questões que nos afetam diretamente. Falando em nosso próprio nome, isso possibilitou que a sociedade conhecesse a comunidade com deficiência visual e se deparasse com pessoas com deficiência visual em cargos de liderança.

**V.R.:** “Nada sobre nós sem nós” não é apenas uma frase que repetimos, é uma maneira de atuar e de nos empoderarmos/capacitarmos como pessoas e também como movimento. A autorrepresentação modificou a perceção que se possuía no passado das pessoas cegas, amblíopes e suas organizações. Ao expressarmo-nos a partir de dentro das nossas próprias organizações, dirigidas por colegas com deficiência visual, passamos do paradigma assistencialista ao paradigma do exercício de direitos. Por outras palavras, a autorrepresentação garante-nos a participação em tomadas de decisão, o exercício de direitos e cumprimento das nossas obrigações como sujeitos titulares de direitos, a reivindicação e zelo pelo cumprimento das normas. Tudo isto em substituição da perpetiva de nos considerarmos unicamente como sujeitos recetores de assistência, beneficiários de políticas caritativas.

**J.D.T.:** Penso que a resposta a esta questão está implícita na resposta à primeira pergunta. Como lhe disse, representando os interesses dos membros, claramente plasmados no seu plano estratégico, adotado em assembleia geral, a ACAMO participa em diferentes fóruns de pressão para a mudança de políticas, elabora estudos de base e promove a sua discussão, capacita núcleos locais para uma maior intervenção nas comunidades de residência, participa e formula propostas alternativas nos observatórios de desenvolvimento, estabelece alianças de pressão com outras organizações da sociedade civil, entre outras formas de assegurar a autorrepresentação dos seus associados. O que lhe digo seguramente que está a acontecer um pouco por todos os países da região. Como impacto desta intensa atividade, seis dos dez países da região já ratificaram a Convenção Internacional das PCDs (Pessoas com Deficiência), adotada em Dezembro de 2006, pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Em consequência disso, os países têm estado a adotar leis, políticas e programas que promovem e protegem os direitos das PCDVs. O exemplo mais recente é adopção por Conselho de Ministros de Moçambique, em Agosto último, do Programa Nacional para a Área da Deficiência (PNAD2), documento que estabelece objetivos, atividades, metas, prazos, responsabilidades e indicadores de progresso para os próximos sete anos.

**L.B.:** O que pode ser feito para melhorar a projeção







# Louis Braille



OUTUBRO | NOVEMBRO | DEZEMBRO | N.4 | 2012